

INFORMAÇÕES REFERENTES AO PAGAMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

I. DO OBJETO DOS ESCLARECIMENTOS

O Município de Salvador do Sul foi instado pela ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado a manifestar-se acerca da legalidade do ato de pagamento do vale alimentação aos professores em valor proporcional aos dias trabalhados presencialmente na escola.

O objeto de esclarecimentos decorre dos seguintes fatos relatados pelo Controle Social:

Referente ao vale alimentação, trabalho na educação e vou para a escola duas vezes por semana e três dias são aulas remotas, onde elaboramos atividades, temos grupo de pais no WhatsApp, onde diariamente são postadas atividades e também tirar dúvidas dos pais referente as atividades. Também temos que fazer cursos e apresentar certificado. Porém a Secretaria de Educação só vai pagar os dois dias que estamos na escola o vale alimentação e os três dias de aulas remotas não. Até onde sei teria que pagar o vale alimentação de cinco dias, pois os Municípios vizinhos estão pagando os cinco dias só Salvador do Sul que não.

Em atenção aos questionamentos, o Município esclarece que o ato em questão está devidamente previsto na legislação municipal e decorre da necessidade momentânea de adequação das despesas em razão da pandemia do Coronavírus.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO ATO DO PODER PÚBLICO

II.1. Da competência para legislar sobre servidores municipais

Inicialmente, cumpre salientar que o artigo 39 da CRFB confere aos Municípios a competência para legislar acerca do regime jurídico de seus próprios servidores, conforme se nota:

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

A autonomia de cada Município para legislar sobre a questão está devidamente confirmada pelo disposto no artigo 18 da CRFB:

Art. 18. A Organização Político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

Desta forma, diante da expressa autorização constitucional, perfeitamente possível que o Município de Salvador do Sul proceda eventuais alterações referentes ao regime jurídico dos seus servidores, independentemente da postula adotada pelos Municípios limítrofes.

II.II. Da legislação municipal referente ao vale alimentação

No que tange à previsão legal acerca do pagamento do vale alimentação aos servidores, dispõe a Lei Municipal n. 2.686/2008:

Art. 4º - O benefício de que trata esta Lei não integrará a remuneração dos servidores, bem como não será computado para efeito de cálculo de quaisquer vantagens funcionais, não configurando rendimento tributável e nem integrando o salário de contribuição previdenciário.

Percebe-se que os valores não integram a remuneração do servidor, possuindo caráter meramente indenizatório, sendo que eventual afastamento do servidor das atividades presenciais, mesmo que em efetivo exercício, autoriza a suspensão do benefício:

Art. 5º - Não farão jus ao benefício instituído pela presente Lei, os servidores municipais inativos e aqueles que estiverem afastados do exercício do cargo, inclusive nas hipóteses que a lei prevê o afastamento como de efetivo serviço público.

Conforme consta dos próprio relato encaminhado à ouvidoria do Tribunal de Contas, o vale alimentação vem sendo pago de forma proporcional aos dias trabalhados de forma presencial pelos professores, o que está expressamente autorizado pela legislação municipal.

II.III. Da situação de calamidade pública vivenciada no país

É fato notório a situação de calamidade pública reconhecida nacionalmente e no âmbito de Estados e Municípios em razão da pandemia do Coronavírus, o que acarretou a adoção de medidas de isolamento e distanciamento social.

Até o presente momento, conforme consta do Decreto Estadual n. 55.241/2020, estão suspensas quaisquer atividades escolares presenciais com alunos nas redes pública e privada de ensino:

Art. 3º Ficam suspensas, até que sobrevenha regramento específico, as aulas, cursos e treinamentos presenciais em todas as escolas, faculdades, universidades, públicas ou privadas, municipais, estaduais ou federais, e demais instituições de ensino, de todos os níveis e graus, bem como em estabelecimentos educativos, de apoio pedagógico ou de cuidados a crianças, incluídas as creches e pré-escolas, situadas em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul.

Com o fito de evitar maiores impactos decorrentes da queda de arrecadação, bem como diante do labor presencial dos professores apenas duas vezes na semana, o pagamento do benefício do vale alimentação está ocorrendo de maneira proporcional, conforme expressamente autorizado pelos artigos 4º e 5º da legislação municipal citada no tópico anterior.

Imperioso mencionar a tomada de decisões do gestor público deve sempre observar os obstáculos e as dificuldades por ele vivenciadas, conforme consta do artigo 22 da LINDB:

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

No caso em questão, a decisão de pagamento proporcional do benefício foi pautada na realidade vivenciada pelo Município diante do encolhimento da arrecadação e das medidas de distanciamento social decretadas a nível nacional, estando absolutamente pautada na legalidade administrativa.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, em atendimento à solicitação da ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado, resta esclarecido que o pagamento proporcional do vale alimentação aos professores da rede municipal de educação de Salvador do Sul está pautado no seguintes dispositivos legais:

- a. Artigo 39 da CRFB;
- b. Artigo 18 da CRFB;
- c. Artigo 4º da Lei Municipal n. 2.686/2008;
- d. Artigo 5º da Lei Municipal n. 2.686/2008;
- e. Artigo 3º do Decreto Estadual n. 55.241/2020;
- f. Artigo 22 da LINDB.

Prestadas as devidas informações, o gestor municipal permanece à disposição para eventuais novos esclarecimentos.

Salvador do Sul, 08 de junho de 2020.

MARCIA EBBING ECKERT
Secretaria Municipal Da Educação, Cultura Esporte e Lazer